Terca-Feira, 24 de Novembro de 2026

# Mato Grosso planeja redução de comissionados para manter investimentos após perda de R$ 1,75 bilhão

**Governo reeleito anuncia reforma administrativa focada em enxugamento da máquina pública e preservação de investimentos estruturantes**

**Reforma administrativa em Mato Grosso busca otimizar gastos públicos**

A equipe de transição do governador reeleito Otaviano Pivetta desenvolve uma proposta de reestruturação administrativa com ênfase na racionalização dos gastos governamentais e modernização na execução de políticas públicas. O diagnóstico realizado pela coordenação econômica apontou necessidade de ajustes significativos para equilibrar as contas estaduais diante de cenário desafiador.

Segundo Rogério Gallo, ex-secretário de Fazenda e coordenador da equipe econômica, o déficit projetado para o próximo exercício fiscal resulta principalmente da extinção do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que representa impacto negativo de R$ 1,5 bilhão. A isso se soma redução estimada em R$ 250 milhões nos repasses federais relacionados à compensação da Lei Kandir, conforme medida em discussão no Senado Federal.

O direcionamento estratégico da reforma contempla análise minuciosa da estrutura de despesas correntes do Estado. Entre as iniciativas planejadas estão a redução de postos comissionados e revisão de processos internos. O objetivo declarado é implementar eficiência operacional que permita realização de mais serviços com menor dispêndio de recursos.

Gallo enfatizou que a reestruturação não se restringe apenas a cortes de pessoal. A proposta abrange reformulação dos modelos de prestação de serviços e processos executivos das políticas estaduais, visando melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados ao governo.

Elemento fundamental na proposta é a manutenção do comprometimento com investimentos estruturantes. A administração estabeleceu como meta inviolável a aplicação de 15% da Receita Corrente Líquida em investimentos com recursos próprios do Estado. Esse patamar mínimo funciona como orientação central na elaboração da nova arquitetura administrativa.

As medidas contempladas refletem esforço do governo em conciliar necessidade de ajuste fiscal com preservação da capacidade de realização de obras e ações estruturantes para o desenvolvimento estadual. A gestão pública eficiente é apresentada como caminho viável para cumprir compromissos com a população em cenário de restrições orçamentárias crescentes.